Esther Mucznik

A GRANDE EPOPEIA DOS JUDEUS NO SÉCULO XX

A HISTÓRIA DE UM POVO QUE DECIDIU MUDAR O SEU DESTINO

a esfera dos livros

ÍNDICE

Introdução 11

Nota ao leitor 15

I. O século XIX: Tempo de esperança e de ilusão 19

II. O nascimento do «moderno» anti-semitismo 35

III. A excepção portuguesa 48

IV. O sionismo: a concretização da utopia 62

V. «Se assim o quiserem, isto não será apenas um sonho.» O combate de Theodor Herzl pelo Estado 79

VI. Sião em Angola, um projecto português 88

VII. O sionismo na «Terra do leite e do mel» 95

VIII. A Primeira Grande Guerra e a Declaração Balfour 113

IX. O sionismo torna-se uma força política reconhecida 124

X. A Palestina entre as duas grandes guerras 136

XI. A primeira tentativa de partilha da Palestina 155

XII. Terra prometida, terra proibida 168

XIII. O pós-guerra e o voto que mudou a história 184

XIV. E o teu nome será Israel... 201
XV. A ferro e fogo: A guerra depois da guerra 210
XVI. Portugal-Israel, o reconhecimento tardio 221
XVII. A «reunião dos exilados» 238
XVIII. Um Estado em construção acelerada 255
XIX. O mundo árabe e as guerras de Israel 272
Epílogo: «Um povo de cerviz dura» 292
Anexos 303
Cronologia 315
Notas 325
Bibliografia 343
Agradecimentos 349

Para os meus irmãos e cunhadas,
Nathan e Sónia
Isaac e Guila,
Que souberam transformar o seu sonho em realidade

Para a minha irmã Liba,
Cujas traduções do hebraico nos abrem o mundo
da literatura israelita contemporânea

INTRODUÇÃO

Numa manhã fria de Dezembro de 1931, um homem cumpria um sonho: embarcava no cais de Lisboa para *Eretz Israel*, Terra de Israel, nome que os judeus nunca deixaram de chamar à Palestina. Esse homem era o rabino Samuel Hirsh Mucznik, meu avô, e com ele seguiam a mulher Ethel e a filha Esther.

Samuel nascera em 1884 em Berditchev, hoje Ucrânia, no seio de uma família judaica praticante, e ainda muito jovem foi para Frankfurt onde se formou como rabino e *Hazan*, oficiante e cantor de sinagoga, devido à belíssima voz que possuía. Depois de casar e já com três filhos, a família foi para Paris, onde Samuel servia na sinagoga da Rua Cadet.

Podia ter ficado aí e toda a sua (e nossa) história seria outra. Mas não ficou: em 1912 uma delegação de judeus sefarditas de Lisboa foi a Paris convidá-lo a oficiar na sinagoga Shaaré Tikvá – Portas da Esperança[1]. Com efeito, 1912 foi um ano decisivo para a Comunidade Israelita de Lisboa, o ano em que foi oficialmente reconhecida pelo Governo Republicano, 416 anos depois do Édito de Expulsão e quase um século depois da extinção da Inquisição.

Aceite a proposta de Salomão Levy Júnior, Abraham J. Acris e Isaac Sequerra, em nome da Comunidade, a família muda-se para Portugal, onde Samuel H. Mucznik oficia na sinagoga até 1923. Entre essa data e 1931, o rabino abriu uma loja de instrumentos musicais na Baixa lisboeta e ter-se-á deslocado à Palestina para preparar a sua ida definitiva. O certo é que pouco tempo depois da sua chegada já exercia as funções de *Hazan* numa sinagoga de Telavive e em *Pessah*[2], a Páscoa judaica,

participou na ceia pascal, o *Seder*, em casa do então grão-rabino de Israel, Abraham Isaac Kook.

Inesperadamente, Samuel Mucznik morre em 1933. Está enterrado no histórico Cemitério de Trumpeldor, fundado em 1902, em Telavive, onde jazem os pioneiros do sionismo e personalidades marcantes da história de Israel. Curiosamente, escrevera pouco antes um postal dirigido ao neto Isaac, a quem fizera a *Brit-Milá*[3], circuncisão. Escrito em alemão, afirma: «Tu serás o primeiro da família Mucznik a emigrar para *Eretz Israel*…»[4] E assim foi de facto – depois da tentativa malograda de Samuel, o seu neto Isaac, e meu irmão, será o primeiro da família Mucznik a instalar-se já no recém-formado Estado de Israel, em 1955…

Mas este livro não conta a história da família Mucznik, mas sim a história de um povo que entre os séculos XIX e XX decide mudar o seu destino, iniciando a caminhada em busca de um lar no qual, nas palavras de Theodor Herzl, os judeus pudessem finalmente «viver livres na sua própria terra e morrer pacificamente nas suas casas». Para os pioneiros dos séculos XIX e XX, essa casa só pode ser uma: Jerusalém, terra dos seus antepassados em nome da qual, ao longo de dois mil anos entre os autos-de-fé e as câmaras de gás, nunca deixaram de orar com o mesmo fervor «Para o ano que vem em Jerusalém».

Os primeiros capítulos descrevem a situação dos judeus que dará origem às correntes migratórias e ao projecto político de criação de um «Estado judaico»: na Rússia czarista e na Polónia a vaga de *pogroms* e perseguições que se estendem essencialmente entre 1881 e 1906 com o seu rol de assassinatos, violações, destruição de lares, comércios e bens judaicos; na Europa Central e Ocidental, em particular no eixo franco-alemão onde se cruzam as influências da Revolução Francesa, a emancipação judaica e o surgimento da forma mais virulenta do anti-judaísmo – o anti-semitismo. Em contraste, é referida a situação em Portugal, onde a tomada de consciência dos malefícios da Inquisição por parte de uma intelectualidade «estrangeirada» constitui de alguma forma um antídoto contra o anti-semitismo…

Em seguida, é abordada a longa caminhada pela criação do lar judaico: o surgimento do sionismo político e as suas variantes ideológicas, os homens e as mulheres que lhes deram corpo, os esforços diplomáticos e as diferentes hipóteses territoriais; a instalação dos pioneiros e a criação dos primeiros kibutzes na Palestina; a Declaração Balfour,

primeiro passo para a criação do Estado Judaico. É evocada a possibilidade, equacionada em 1913 pelo Parlamento português, de colonização judaica do Planalto de Benguela em Angola, os primeiros sionistas portugueses, o sionismo em Portugal.

Na Palestina, no rescaldo da Primeira Grande Guerra, são analisadas as consequências do desmoronamento do Império Otomano e do traçado das fronteiras do Médio-Oriente pelas potências vencedoras, a Grã-Bretanha e a França – o mandato britânico, a lenta e dolorosa construção daquilo que será mais tarde o Estado de Israel, o choque de dois nacionalismos, o árabe e o judaico.

A Segunda Guerra, a odisseia dos barcos errantes, o Holocausto, a imigração ilegal, a Partilha da Palestina, a Declaração de Independência do Estado de Israel, o combate por Jerusalém, são temas tratados noutros capítulos, assim como a participação de judeus portugueses na Guerra da Independência, o nascimento do Estado de Israel visto pela imprensa portuguesa, as posições do poder político e da intelectualidade nacional.

A construção do Estado, o êxodo dos judeus do mundo árabe a partir de 1948, as operações de resgate «Ezra e Neemias» dos judeus do Iraque, «Tapete Mágico» do Iémen, «Moisés» e «Salomão», da Etiópia, são também abordados, tal como a difícil edificação de um país fundado com base nos ideais europeus do século XIX – que iriam forjar uma democracia à maneira ocidental – e simultaneamente na longa memória histórica e religiosa expressa em primeiro lugar pelos partidos religiosos. Um país rodeado por inimigos, em estado de guerra permanente.

Sem ignorar a existência de um outro povo – os árabes palestinianos –, o livro não se centra no contexto político desse conflito. Antes procura ilustrar as relações entre os dois povos – o que os separa, mas também o que os une. Mas o fio condutor do livro é a odisseia do povo judeu em busca de uma pátria, a longa, lenta e não terminada epopeia da construção de uma nação. Damos voz, sempre que possível, aos seus actores, mas também aos contemporâneos, aos que hoje diariamente constroem e defendem aquela que se tornou a sua pátria.

Este livro não pretende ser um panegírico, mas não deixará de realçar a forma absolutamente extraordinária como um pequeno povo sem outros meios que não uma vontade férrea e a tensão máxima das suas capacidades intelectuais, alicerçada na convicção de poder contar apenas

com as suas próprias forças, conseguiu transformar no curto espaço de sete décadas um território desértico e pantanoso numa das sociedades mais desenvolvidas do planeta. O último capítulo será assim dedicado à «análise do milagre»[5], mas também ao reverso da medalha: o preço do sucesso e os perigos que o cercam – o menor dos quais não é certamente as expectativas anormais face a um povo que um dia se atreveu a sonhar com a normalidade…

NOTA AO LEITOR

A palavra Israel é hoje naturalmente conotada com o Estado de Israel. Mas o nome «Israel» é muito anterior: na Bíblia, Israel é o nome dado a Jacob, depois de uma luta com um anjo até de madrugada[1]. Insistindo para que o anjo o abençoasse, este diz-lhe: «Jacob não será mais o teu nome, mas sim Israel, porque combateste com um ser divino e venceste.» A partir daí, os doze filhos de Jacob ficaram designados com o nome de Israel, ou simplesmente como «israelitas», dando origem mais tarde às doze tribos de Israel que, segundo a tradição, estão na base do povo israelita/judeu. Em 1948, na véspera da fundação do Estado Judaico, foi decidido dar ao novo Estado o nome de Israel como forma de continuidade da tradição histórico-religiosa. Os cidadãos de Israel são assim designados «israelitas», independentemente da sua própria religião. Mas para marcar a diferença entre a filiação religiosa e a cidadania nacional, alguns países optaram por designações diferentes: «israelianos» no caso francês ou «israelenses» no caso brasileiro.

Em Portugal, continua a usar-se o termo de «israelita» para nomear os cidadãos de Israel, o que permite que pessoas pouco informadas sobre a origem religiosa do termo confundam ambas as realidades. Um exemplo disso é o equívoco não poucas vezes gerado em torno dos nomes das comunidades judaicas de Lisboa e do Porto, fundadas antes da criação do Estado de Israel e ambas denominadas «Comunidade Israelita» em conformidade nomeadamente com a tradição francesa dos finais do século XIX, princípios do século XX. Nas páginas que se seguem, adopto em certos casos a designação «israelianos» para os cidadãos de Israel

e «judeus» para a filiação religiosa. No entanto, é bom lembrar que, contrariamente ao que hoje é consensual, a origem do nome «judeu» é geográfica – proveniente da Judeia –, enquanto Israel tira o seu nome da tradição religiosa… Daí que o país de Canaã, prometido segundo o relato bíblico por Deus a Abraão[2] – chamado por isso de Terra Prometida – e que será quatro séculos depois conquistado pelos israelitas conduzidos por Moisés e depois por Josué, tomasse o nome de Terra de Israel – *Eretz Israel* – em referência às doze tribos de Israel que aí se instalaram. Três mil anos depois de uma história atribulada, mas durante a qual aí houve uma presença ininterrupta, a Terra de Israel permanece um elemento central da vida judaica e da oração, uma terra que a tradição judaica sempre considerou como santa: «Viver em Israel equivale ao cumprimento de todos os outros mandamentos» é um dos muitos aforismos usados ao logo dos séculos relativamente a Israel, até hoje muito simplesmente chamado de *Eretz,* Terra.

Sefardita/Asquenaze são classificações ainda pouco claras para muita gente. Mais uma vez, as diferenças residem na origem geográfica de cada grupo com as suas repercussões nos costumes e vivências socioculturais. Mas a essência é a mesma: ambos são parte do mesmo povo, o povo judeu. Sefarditas são os judeus originários da Península Ibérica – *Sefarad* em hebraico – que no seguimento das perseguições do Tribunal do Santo Ofício, a Inquisição, se espalharam pela Bacia do Mediterrâneo, nomeadamente África do Norte e Médio-Oriente. O idioma próprio dos judeus ibéricos é o ladino, baseado no espanhol, português e hebraico. Por sua vez, *Asquenazes* são os judeus originários da Europa Central e Oriental, cuja língua é o iídiche. A base é o alemão, integrando palavras hebraicas e de idiomas locais como o polaco. Asquenaz provém do termo utilizado no hebraico medieval para designar a Alemanha. Provenientes de áreas geográficas diferentes, com a sua história e cultura diferenciadas, os judeus sefarditas e asquenazes são inevitavelmente os «herdeiros involuntários» das civilizações que os rodeiam. Mas mais importante do que o que os separa é aquilo que os une – o Judaísmo. E quando se usa o termo «sefardita», nomeadamente em Portugal, é bom ter a noção clara de que se trata de «judeu sefardita» e não de uma espécie particular exterior ao judaísmo.

«Sabra» é o epíteto em hebraico coloquial atribuído aos judeus nascidos em Israel. É o nome do fruto da família dos cactos, o figo-da-índia,

e por ser espinhoso por fora e doce por dentro tornou-se na metáfora para definir o carácter israeliano: áspero e resistente por fora, terno por dentro. O termo surgiu em 1931 pela pena do jornalista Uri Kesari para descrever os pioneiros duros e destemidos, capazes de enfrentar as maiores dificuldades, à imagem da planta selvagem, forte e vigorosa. É uma designação que abrange todos nativos do Estado judaico.

Hebreu/Hebraico são outros termos que em Portugal são frequentemente utilizados de forma errónea. Ainda segundo a Bíblia, hebreus são em primeiro lugar a família de Abraão, vinda da Mesopotâmia que se instala na terra de Canaã e que devido à fome que aí grassa se dirige para o Egipto onde se torna, 400 anos mais tarde, num povo numeroso. Será esse povo, os hebreus, que receberá a Torá, ou as Tábuas da Lei no Sinai, aproximadamente no século XIV antes da era cristã. Dito de outra maneira, hebreu ou hebreus designam pessoas, povos, tribos ou clãs, e não uma língua – a língua hebraica, língua semita dos antigos israelitas ou hebreus, que renasce como língua de comunicação nos finais do século XIX, princípios do século XX e hoje é língua oficial do Estado de Israel. É pois no original em hebraico – e não hebreu – que são designados no texto numerosos vocábulos, necessariamente acompanhados da respectiva tradução.

Num registo completamente diferente, utilizo por vezes o termo «colónias» para designar as implantações judaicas sob a forma de kibutzes ou cooperativas agrícolas, na Palestina no século XIX e primeira metade do século XX, porque era assim mesmo que eram nomeadas numa época em que o termo nada tinha de pejorativo. Contrariamente aos dias de hoje, o termo significava na época implantação ou estabelecimento e não usurpação ou exploração por conta de outrem, como passou a ser considerado na actualidade, adjectivando-o. Lembro que no século XIX e ainda nos princípios do seculo XX, a própria comunidade judaica em Portugal era denominada de colónia israelita, tal como a colónia inglesa ou alemã.

I

O SÉCULO XIX: TEMPO DE ESPERANÇA E DE ILUSÃO

Para os judeus, os tempos modernos começam com a Revolução Francesa. Pouco antes, em 1787, a Constituição dos Estados Unidos consagrara a liberdade religiosa. No entanto, esta disposição abrangia muito poucos judeus. É com a Revolução Francesa e as suas consequências que se inicia uma nova história que vai alterar radicalmente todas as condições da existência judaica. Mais do que os seus vizinhos, os judeus vão sofrer uma profunda aceleração da história: em apenas um século, o século XIX, o mundo judaico irá atravessar todas as correntes que foram lentamente moldando a Europa moderna: o Humanismo, o Renascimento, a Reforma, o Nacionalismo, o Socialismo… Na prática, os judeus saem do gueto no século XIX.

Perto do final do século XVIII, a população judaica é avaliada em cerca de 2 500 000 de pessoas distribuindo-se essencialmente entre os países islâmicos (43 por cento) e a Europa Oriental (44 por cento). Mas em meados do século XIX, as proporções mudam radicalmente: cerca de 72 por cento da população judaica vive na Europa Central e Oriental num total que aumentou para o dobro em apenas cinquenta anos[1]. No entanto, o mundo judaico não é uniforme: há que distinguir com clareza a situação dos judeus na Europa Central e Ocidental – Inglaterra, França, Prússia e os Estados alemães – da situação dos judeus na Europa de Leste, essencialmente a Rússia. São duas histórias paralelas que se encontram em determinados momentos, mas que evoluem em sentidos opostos: integração para o judaísmo ocidental, emigração para o judaísmo da Europa Oriental, onde se está longe de se obter a integração e a igualdade.

Na Europa Central e Ocidental o combate pelos direitos do Homem e pela igualdade, combate essencialmente político e jurídico, parece coroado de êxito por volta de 1880. É o tempo da integração. No entanto, a partir desta data, as perseguições que se abatem sobre o judaísmo na Rússia e o aparecimento de novas formas de antijudaísmo no Ocidente fazem nascer aspirações novas no seio do mundo judaico. Para muitos deles, já não se trata de direitos do Homem, mas de direitos nacionais. Como escreve Josy Eisenberg, a luta pela igualdade será sobretudo travada pelo judaísmo ocidental; mas serão as massas oprimidas do Leste europeu as primeiras a reivindicar os «direitos nacionais», estimuladas por pensadores da Europa Central[2].

O fim do gueto

A emancipação dos judeus – que significa muito simplesmente o seu acesso a uma plena cidadania cívica e política – tem como corolário o fim do tempo e do sistema do gueto. Colectivamente os judeus deixam de ser considerados um corpo autónomo e estranho à sociedade, com as suas estruturas internas e jurisdição próprias; individualmente, deixam de estar submetidos a normas especiais que os impedem de participar plenamente na vida cívica e política. Pelo menos em teoria…

O movimento emancipatório nasce quase simultaneamente na Alemanha e em França, na segunda metade do século XVIII. Institucionalizado pela Revolução Francesa, foi propagado pelos exércitos revolucionários e napoleónicos em toda a Europa ocupada, levando perto de um século a impor-se: a Alemanha e o Império Austro-Húngaro só acordaram a plenitude dos direitos aos judeus por volta de 1870.

Ideia revolucionária, filha do século das Luzes, a emancipação não correspondia verdadeiramente à aspiração da massa dos judeus, e muito menos aos preconceitos dos seus vizinhos: foi sobretudo o reflexo da tomada de consciência do absurdo da condição judaica por parte de sectores de humanistas cristãos e de uma vanguarda judaica e objecto de amplos debates nos quais participaram grandes nomes do pensamento europeu. Mas para estes tratava-se de corrigir o estatuto medieval dos judeus em nome de uma visão humanista, não de qualquer simpatia especial pelos judeus ou pelo judaísmo. Voltaire vilipendiou frequentemente

os judeus com grande violência: «Essa nação é de numerosos pontos de vista a mais bárbara que já poluiu a Terra…»[3], e o filósofo alemão Johan Gottlieb Fichte não se coibiu de afirmar: «Dar-lhes direitos cívicos, sim, mas com uma condição: cortar-lhes a cabeça a todos na mesma noite, e dar-lhes uma nova que não contenha uma única ideia judaica.»[4]

As acusações feitas aos judeus repousavam em grande parte na ideia de que as profissões ligadas ao negócio ou ao dinheiro eram parasitárias e também na estranheza da sua fé e dos seus ritos, considerados uma subcultura, uma cultura bárbara. Assim, o programa dos emancipadores consistia numa só expressão: «regenerar os judeus». Porque se alguns acreditavam que a própria natureza judaica era parasitária e maligna, outros consideravam que a responsabilidade cabia à sociedade. Robespierre dirá na Assembleia Nacional que «os vícios dos judeus provêm do aviltamento no qual vocês os mergulharam; eles serão bons quando encontrarem alguma vantagem em o ser»[5]. No entanto, ambas as correntes revelavam desprezo e paternalismo em relação aos judeus.

Moses Mendelssohn, o «hebreu que sabia escrever em alemão»

A primeira expressão das Luzes do ponto de vista judaico surge em Berlim, onde havia algum cosmopolitismo intelectual. Na Alemanha, à diferença da França, a emancipação intelectual dos judeus precede a emancipação política. A *Haskalah*, movimento judaico de abertura à cultura moderna e às Luzes, penetra nas elites judaicas por volta de 1770, por influência da *Aufklarung* alemã e pela mão de Moses Mendelssohn (1729-1786), filósofo judeu, figura de proa de ambas, que aí se instalara em 1743. Filho de um modesto copista da Torá, era um autodidacta prodigioso com uma vasta cultura filosófica e científica. No seu livro *História do Povo Judeu*, Werner Keller conta que, numa manhã do ano de 1743, entrara na capital da Prússia «uma criança judia de baixa estatura e de aspecto débil». Esta «criança» tinha 14 anos e quando questionada pelo guarda o que vinha fazer na cidade, respondeu timidamente: «Aprender.»[6] Ganhando dificilmente a vida, também como copista e preceptor, Mendelssohn tornou-se amigo do filósofo G. E. Lessing, que o introduziu nos salões literários da época, nos quais não tardou a brilhar e a fazer sensação. Ficou conhecido como o «hebreu

que sabia escrever em alemão» e Frederico II outorgou-lhe o estatuto de «judeu protegido». Mendelssohn começou a publicar em 1754 escritos filosóficos e literários que lhe valeram em 1763 o primeiro prémio da Academia Real das Ciências da Prússia, tornando-se assim a bandeira dos emancipadores, o exemplo vivo de que os judeus «podiam ser regenerados». Precursor do diálogo entre judeus e cristãos, escreveu: «Em que mundo de felicidade viveríamos se todos os homens adoptassem os verdadeiros princípios, aqueles que os melhores entre os cristãos e entre os judeus têm em comum.» Mendelssohn reuniu à sua volta uma escola de humanistas judeus que tomaram o nome de *Masquilim*, «Espíritos esclarecidos». Mas, fundamentalmente, Moses Mendelssohn ficou para a história como o homem que guiou os judeus para fora do gueto, no contexto da emancipação. Uma das suas últimas obras foi a tradução para o alemão do *Pentateuco*. Escrita em caracteres hebraicos, o seu objectivo era ensinar dessa forma a língua alemã aos seus correligionários judeus.

Apesar dos seus esforços e do seu círculo de iluministas, só um século mais tarde, em 1871, os judeus alemães obtêm a igualdade política. Até aí é a cultura que funciona como cidadania de substituição, em primeiro lugar pela entrada em massa nos liceus e universidades. Com efeito, logo em meados do século XIX, os judeus alemães, que representam apenas 1,3 por cento da população, constituem 6 por cento da população estudantil dos liceus. São também os leitores apaixonados, os editores, intérpretes, biógrafos e até os mecenas de Bach, Kant ou Goethe, figuras por onde passava o acesso à cultura. «A cultura liberta» era a divisa do livreiro judeu Cotta, que no século XIX editava os clássicos alemães procurando satisfazer a insaciável sede judaica de cultura alemã.

A Revolução Francesa, o passo decisivo

A ideia da emancipação judaica alastrou para a Prússia, Áustria e França onde vários pensadores, entre os quais o Abade Gregório em França, vieram a público em defesa dos judeus, defendendo a supressão do imposto de capitação, o sinal distintivo e a abolição da portagem corporativa. No seu ensaio sobre a «Regeneração física, moral e política dos judeus», escrito em 1787, o Abade afirma: «Os judeus são membros

desta família universal que deve estabelecer a fraternidade entre todos os povos (…). Abram-lhes asilos para que eles possam pousar as suas cabeças e secar as suas lágrimas, e que finalmente o Judeu, retribuindo ao Cristão o seu carinho, abrace em mim o seu concidadão e o seu amigo.»[7]

Mas é de facto com a Revolução Francesa que o passo decisivo será dado. Em França, é sem dúvida Montesquieu o espírito mais liberal, lembrando «como se escarneceu desta nação [judaica] de um século para o outro. Confiscava-se os seus bens, quando queriam ser cristãos, e logo em seguida queimavam-se quando não queriam sê-lo». No entanto, a emancipação não foi consequência automática da Revolução. A Assembleia Constituinte francesa começou por rejeitar a pretensão à emancipação: «A Assembleia Nacional reconhece os não católicos capazes de preencher todos os cargos civis e militares, menos os judeus, sobre os quais ela reserva a sua decisão.» A oposição era de origem diversa mas consubstanciava-se na seguinte questão: pode o particularismo judaico permitir uma verdadeira cidadania? São os judeus indivíduos ligados apenas a convicções de ordem privada, e nesse caso a sua integração é possível, ou constituem uma nação inassimilável por outra nação?[8] Na verdade, a integração nas sociedades ocidentais pressupunha duas condições indispensáveis: o confessionalismo e o patriotismo, ou seja, viver o judaísmo apenas como uma religião do foro privado e a substituição da pátria mítica (Jerusalém) pela realidade da pátria europeia. Ninguém exprimiu melhor esta ideia do que o deputado francês Clermont-Tonerre à Constituinte de 1789, ao dizer: «É preciso recusar tudo aos judeus como nação e dar-lhes tudo como indivíduos.»

Em França havia três tipos de judeus: algumas centenas de judeus parisienses; uma grande maioria de judeus alsacianos de cultura alemã, em geral pobres; e uma burguesia de antigos *marranos*, judeus «portugueses» de Bordéus e Baiona que já tinham obtido do Antigo Regime, de Henrique II, as *Cartas-Patentes* reconhecendo aos «mercadores e outros portugueses chamados de Cristãos-Novos» os direitos de residência, naturalização, propriedade e comércio, iguais aos outros mercadores estrangeiros. Estes documentos, motivados pela reconhecida utilidade económica dos conversos ibéricos, serão sucessivamente renovados até à Revolução Francesa. Conscientes de constituir uma elite social e mortificados por serem confundidos com os judeus da Alsácia, os judeus de origem portuguesa esforçaram-se para que o seu caso fosse examinado

separadamente dos judeus alsacianos e obtiveram satisfação. Um memorando entregue em 1788 pelos deputados franceses dos judeus de Bordéus ao ministro de Estado M. de Malesherbes exprime claramente o sentimento de superioridade destes relativamente aos judeus alsacianos: «Apesar de a sua religião ser a mesma, os seus usos e costumes são diferentes. Os alemães usam quase sempre uma longa barba e a sua roupa distingue-os em todos os locais onde habitam. Os portugueses, pelo contrário, exceptuando a sua fé, não diferem em nada dos povos no seio dos quais vivem. Adoptam os seus usos e costumes. Um judeu português é inglês em Inglaterra, e francês em França, mas um judeu alemão é alemão em todo o lado no que respeita aos seus costumes. (…) Os judeus espanhóis e portugueses acreditam ser descendentes da tribo de Judá; sabe-se que esta tribo foi sempre a mais proeminente, a mais poderosa e a mais numerosa e que permaneceu sempre ligada à casa de David (…).»[9]

Jacob Rodrigues Pereira, o «marrano» que pôs os surdos-mudos a falar

Jacob Rodrigues Pereira é de certa forma o equivalente em França de Moses Mendelssohn na Alemanha. Nascido em Espanha em 1715, com o nome cristão de Francisco-António, no seio de uma família cristã-nova de Trás-os-Montes em fuga das perseguições inquisitoriais, emigra aos 26 anos para Bordéus, onde se assume rapidamente como Jacob Rodrigues Pereira, judeu. Faz-se circuncidar e integra-se na comunidade judaica, permanecendo toda vida como judeu praticante. Em Bordéus e em Paris consagra-se à reeducação dos surdos-mudos, com base num método pioneiro que desperta a admiração, nomeadamente do *Journal des Savants* e do *Mercure de France*, duas das grandes revistas científicas da época. Jacob Rodrigues Pereira é recomendado pela Academia das Ciências de Paris para integrar como membro a Sociedade Real de Londres e convidado pela corte de Luís XV a fazer falar um dos seus alunos diante do rei, em Versalhes. Com efeito, este quer ver com os seus próprios olhos o «milagre». Perante uma assembleia estupefacta, o adolescente recita o padre-nosso e o rei concede a Jacob Rodrigues Pereira uma pensão vitalícia para que possa continuar o seu trabalho.

Pela sua actividade científica, Jacob Rodrigues Pereira é, tal como Mendelssohn na Alemanha, um exemplo da capacidade judaica nos campos do saber e do espírito, contribuindo assim para o reconhecimento do estatuto de igualdade aos judeus. Foram, no entanto, precisos dois anos de combate árduo, até à data de 28 de Setembro de 1791, para que a emancipação completa dos judeus fosse aprovada pela Assembleia Constituinte. Neste combate pela igualdade de direitos já se verifica um factor que irá marcar a história futura: a emancipação judaica nunca foi uma medida popular.

A visão radical das Luzes e o populismo autoritário, dando origem à violenta vaga de descristianização de 1793, no seguimento da morte de Luís XVI, e do estabelecimento do Directório, também atingem os judeus na sua observância religiosa. Em 1793, é imposto o uso do calendário revolucionário e o respeito pelo *Shabat*[10] torna-se perigoso. Nomeadamente na Alsácia, os fanáticos da Razão pilham locais de culto, queimam rolos da Torá[11]. O Terror também não os poupa: muitos são presos e alguns obrigados a esconderem-se e a viverem na clandestinidade. É o caso de Abraham Furtado, em Bordéus, nascido em Londres em 1756 no seio de uma família cristã-nova originária de Lisboa, dirigente da comunidade judaica de Bordéus e simpatizante dos Girondinos[12]. Como ele próprio relata num texto intitulado «Mémoires d'un patriote proscrit», Furtado teve de passar à clandestinidade: «Apesar da certeza de nunca ter faltado ao meu dever, nem como patriota nem como magistrado (…) não deixei de ser abrangido, como membro de uma das autoridades constituídas, pelo decreto que as proscrevia (…) Já não dormia em minha casa. Sabia que à noite faziam perquisições (…) Esse receio que ocupava o meu espírito ganhou nova força quando soube que a minha casa fora investida por uma multidão de homens armados, que oficiais municipais e comissários nomeados para esse efeito aí entraram e fizeram buscas minuciosas, não esquecendo armários, camas, cantos e recantos, até o próprio telhado e o poço para verificar se eu aí estava escondido (…).»[13]